



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC QUE O EMPREENDEDOR ICASA INDÚSTRIA E CERÂMICA ANDRADENSE S/A, FIRMA PERANTE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NESTE ATO REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO SUL DE MINAS.

ICASA Indústria e Cerâmica Andradense S/A, estabelecida na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, à Avenida Ricarti Teixeira, 1444, CEP.: 37.795-000, inscrito no CNPJ sob o n. 17.884.560/0001-59, neste ato representado por seus Diretores **Katia Maria Teixeira**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada em Andradas/MG, inscrita no [REDACTED] e **Marcel Tonon Secco**, brasileiro casado, empresário, residente em Andradas, MG, [REDACTED] inscrito no CPF n. [REDACTED], doravante denominado Compromissário, firma o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, c/c art. 784, inciso II do Código de Processo Civil, perante o Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, nos termos da Lei Delegada nº 180, de 20 de Janeiro de 2011, com sede em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 00957404/0001-78, neste ato representada pelo Superintendente Regional de Meio Ambiente, Sr. José Oswaldo Furlanetto, CPF sob o nº [REDACTED], MASP nº 1.390.412-3, conforme delegação de competência contida na Resolução SEMAD nº 2.198/14 em c/c Resolução SEMAD nº 2.354, de 02 de março de 2016, com sede na Avenida Manoel Diniz nº. 145, Bairro Industrial JK, no Município de Varginha/MG, doravante denominada Compromitente.

CONSIDERANDO que o dever das autoridades ambientais devidamente constituídas é o de coibir atos lesivos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO tratar-se de atividade lícita, passível de regularização ambiental perante o Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA;

CONSIDERANDO que o Compromissário possui um processo de regularização ambiental nº 00585/2003/007/2017, em análise, com o qual objetiva regularizar a atividade de "Fabricação de Material Cerâmico";

CONSIDERANDO que o compromissário foi autuado por desenvolver suas atividades sem o licenciamento ambiental;

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do art. 32, do Decreto Estadual nº 47.383/2019, prevê que a continuidade da operação da atividade ou do empreendimento concomitantemente ao procedimento de licenciamento em caráter corretivo dependerá da assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – junto ao órgão ambiental competente.

CONSIDERANDO que o Compromissário solicitou a celebração de TAC;



AS PARTES FIRMAM O PRESENTE TERMO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento a regularização provisória da atividade exercida pelo Compromissário, de "Fabricação de Material Cerâmico", durante o prazo em que vigorar o presente TERMO, em consonância com parágrafo 9º do artigo 16 da Lei nº 7.772/1980 e o disposto parágrafo 1º do art. 32, do Decreto Estadual nº 47.383/2019.

Parágrafo único: a regularização provisória contempla as intervenções em recursos hídricos necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÕES GERAIS

Constituem disposições e obrigações gerais deste TERMO:

- I - O presente Termo não desobriga a Compromissário do cumprimento de obrigações anteriormente assumidas perante a Compromitente ou outros Órgãos;
- II - O Compromissário obriga-se a atender todas as requisições do Órgão ambiental no curso do processo de Licenciamento, PA COPAM nº 00585/2003/007/2017 e no cumprimento do presente TAC, dentro do prazo fixado para cumprimento da mesma;
- III - O advento de lei mais benéfica ao meio ambiente obrigará a Compromissário a adaptar seu empreendimento às novas determinações;
- IV - Caso o empreendedor desista do processo de regularização do empreendimento, deverá suspender as atividades, uma vez que o objeto deste TAC é a provisória regularização da operação, concomitante com o trâmite do processo de Licenciamento Ambiental;
- V - Este compromisso não inibe ou restringe ação de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, da Polícia Militar do Meio Ambiente e nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas;
- VI - A assinatura deste TAC não assegura a concessão do licenciamento ambiental, de Autorização para Exploração Florestal e Intervenção em Área de Preservação Permanente, bem como de outorga para uso de recurso hídrico;
- VII - A empresa, dentro do prazo de validade deste TAC deverá realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos e oleosos, conforme ANEXO I constante neste documento. Deverá ser observado os prazos de encaminhamento ao órgão ambiental competente;
- VIII - O Compromissário compromete-se a executar as medidas e condicionantes técnicas em relação à atividade degradadora e poluidora a que deu causa, de modo a cessar, ou corrigir os efeitos negativos sobre o meio ambiente, observando rigorosamente os prazos assinalados a seguir:
 - Apresentar relatório fotográfico comprovando a instalação de estrutura de decantação para águas pluviais.

Prazo: 60 dias a contar da assinatura do presente TERMO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Superintendência Regional de Meio Ambiente – Sul de Minas

- Apresentar relatório fotográfico comprovando o desassoreamento do barramento que recebe, atualmente, as águas pluviais.

Prazo: **90 dias a contar da assinatura do presente TERMO.**

IX - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA E DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Compromissário neste TAC implicará:

- a) Na aplicação da sanção administrativa prevista no código 109 do Decreto Estadual nº 47.383/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eventual inobservância pela Compromissário de qualquer das obrigações e condições estabelecidas no presente TAC, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à COMPROMITENTE, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo de vigência previsto no “caput” poderá ser prorrogado através de Termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente TAC implica na sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, na forma do disposto pelo artigo 5º § 6º da Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 784, inciso II do Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos referidos neste TAC, depois de rubricados pela Compromissário e pela Compromitente, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.




CLÁUSULA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais para dirimir as questões decorrentes do presente TAC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem devidamente compromissadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também assinam.

Varginha, 07 de março de 2018


Katia Maria Teixeira
CPF n. [REDACTED]
ICASA


José Oswaldo Furlanetto
Superintendente Regional
Compromitente


Marcel Tonon Secco
CPF n. 042.869.406-32
ICASA



ANEXO I

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS) de ICASA

Empreendedor: ICASA Indústria e Cerâmica Andradense S/A
Empreendimento: ICASA
CNPJ: 17.884.560/001-59
Município: Andradas – MG
Atividade: Fabricação de material cerâmico
Código DN 217/2017: B-01-04-1
Processo: 00585/2003/007/2017

1. Resíduos Oleosos

Enviar **Mensalmente** a Supram-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.



Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, botafora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Resoluções CONAMA nº 307/2002 e 348/2004 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.